

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 4, Número 1, Maio de 2015

**Manipulando os Limites de Mandato
na América Latina**

Javier Corrales e Michael Penfold

O Desafio da China

Andrew Nathan

**O Sistema Político na Rússia:
Imperialismo e Decadência**

Lilia Shetsova

Nacionalismo Hindu no Poder

Ashutosh Varshney

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Sergio Fausto (coord.)

Isadora Carvalho

Apresentação

Abrimos essa edição com um artigo sobre as sucessivas mudanças nas regras da reeleição presidencial na América Latina ao longo dos últimos sessenta anos. A nova edição do *Journal of Democracy* em Português também reúne três artigos sobre duas potências emergentes no presente (China e Índia) e uma potência do passado que, embora em decadência, ainda joga o grande jogo da geopolítica mundial (a Rússia).

O primeiro artigo dessa edição se refere ao “relaxamento dos limites constitucionais aos mandatos presidenciais” na América Latina, expressão utilizada por Javier Corrales e Michael Penfold para se referir à remoção de limites à reeleição dos presidentes da região nos últimos vinte anos. Os autores estranham a pouca atenção dada a essa tendência na América Latina uma vez que, em outras regiões, o “enfraquecimento dos limites constitucionais à reeleição tem sido considerado um mau presságio para o desenvolvimento da democracia”. Os dados empíricos utilizados no artigo revelam que, quando do retorno à democracia, a maioria dos países latino-americanos proibia a reeleição ou a permitia apenas de modo não consecutivo. Desde então, a tendência dominante tem sido a de introduzir a reeleição consecutiva por uma só vez. Alguns países, porém, removeram por completo os limites à reeleição, como a Venezuela e a Nicarágua e, agora, se depender da vontade do presidente Rafael Correa, também o Equador.

Diante desse quadro, os autores indagam sobre os efeitos dessas mudanças sobre a qualidade das democracias. Para responder à questão, recorrem a dados eleitorais de dezoito países latino-americanos e demonstram que a possibilidade de reeleição consecutiva aumenta muita a chamada “vantagem do incumbente”: no período estudado,

apenas dois presidentes foram derrotados em suas tentativas de se re-eleger. Além disso, a reeleição não consecutiva amplia a presença de ex-presidentes entre os candidatos à presidência. Ambas as modalidades de reeleição provocam menos e não mais alternância entre as elites políticas na América Latina, tanto dentro dos partidos como entre os partidos. O aumento da “vantagem do incumbente” pode comprometer estruturalmente o equilíbrio das disputas eleitorais e favorecer mudanças institucionais desfavoráveis à democracia e ao Estado de Direito. A suspensão de qualquer limite à reeleição é o caso extremo, já indicativo de um avançado grau de deterioração do regime democrático. Mas na visão dos autores, qualquer modalidade de reeleição merece ser vista com cautela. Em outras palavras, para eles: reeleição, melhor não tê-la, mas se a tiver, que seja com direito a uma só vez consecutiva (e com o fortalecimento de instituições que contrabalancem a “vantagem do incumbente”).

Em “O Desafio da China”, Andrew Nathan parte da constatação de que sob a liderança de Xi Jinping, eleito presidente em 2013, os chineses já não seguem mais o mantra de Deng Xia Ping, “esconder a nossa luz e alimentar a nossa força”, tampouco o de Jian Zeming, “aumentar a confiança, reduzir os problemas, desenvolver a cooperação e não buscar a confrontação”. Fortalecida como potência econômica e mesmo militar, a China se tornou mais assertiva em suas ações de política externa. Estaria a nova liderança chinesa empenhada em moldar o mundo à imagem e semelhança do autoritarismo do seu regime político? A resposta do autor é negativa. A seu ver, a tentativa de solapar regimes democráticos no exterior seria literalmente um mau negócio para quem está interessado em promover o crescimento da sua economia usando a globalização a seu favor. Em uma palavra, o maoísmo revolucionário é página virada na história chinesa.

Isso não significa, porém, que a liderança chinesa seja indiferente à disputa por poder e prestígio internacionais entre um capitalismo estatal à moda de Pequim e outro, mais liberal, à moda de Washington.

Nathan analisa seis tipos de ação política através das quais a China busca influenciar outros países, principalmente na África e na Ásia, bem como organismos multilaterais, a exemplo do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos. À medida que se consolida como grande potência, a China tenderá a intensificar essas ações, a menos que seu regime sofra mudanças que por ora não estão no horizonte. No entanto, conclui o autor, o maior desafio às democracias não estaria em Pequim, mas no interior das próprias democracias, às voltas com dificuldades crescentes para atender às suas próprias promessas de um governo representativo.

Se a China aposta na estabilidade de suas relações externas, a Rússia tem uma estratégia deliberada de confrontação com o Ocidente. Ao menos, esta é a visão que Lilia Shetsova apresentada em seu artigo “O Sistema Político na Rússia: Imperialismo e Decadência”. Para a autora, que durante vinte anos foi pesquisadora sênior do Centro Carnegie em Moscou, a cada vez mais agressiva política externa do Kremlin refletiria não a força, mas sim a fraqueza, do regime organizado em torno da liderança unipessoal de Putin. Suas fontes de legitimidade interna estão secando. A atividade econômica, que já vinha em marcha lenta, mergulha este ano em recessão com a queda abrupta do preço do petróleo, ferindo gravemente a galinha dos ovos de ouro da Rússia. Com uma economia dependente da indústria petrolífera e uma população que diminui e envelhece, o Estado russo terá dificuldades crescentes para impedir a decadência dos níveis de renda e bem-estar de sua população. Na verdade, as sombras do futuro já se projetam sobre o presente: ao invés de aumentar, a expectativa de vida na Rússia tem diminuído nos últimos anos. Resta a Putin, portanto, a carta do inimigo externo. A anexação da Criméia e o confronto com o Ocidente em torno da Ucrânia catapultaram a popularidade do presidente russo. Conforme dados citados pela autora, os índices de aprovação a Putin coincidem com a opinião prevalecente, em mais de 80% da

população, de que a Rússia é vítima de um cerco promovido por seus inimigos.

Shetsova enxerga na anexação da Criméia um grave sinal de alerta. A Rússia estaria disposta a interpretar as normas internacionais a seu modo. Ela não crê que a anexação desse (ex?) território ucraniano represente apenas um movimento defensivo de Putin, no espaço que ele considera ser a esfera da influência de seu país. Acredita que na Ucrânia se trava um confronto que prenuncia um conflito em escala mais ampla entre a Rússia e o Ocidente. Chega a falar em “confronto de civilizações”. No longo prazo, Putin não tem como vencer esse confronto. Mesmo assim, argumenta, precisa promovê-lo para dar sobrevida ao regime político que se organiza em torno de sua liderança. Concentrando o poder, os bens e as ferramentas de repressão do Estado nas mãos das mesmas pessoas, egressos da antiga KGB, como Putin, o regime não tem disposição ou capacidade para se autorreformular e já não pode mais sustentar-se sem alimentar ativamente o mito de que a Rússia é uma fortaleza sitiada. A autora não se arrisca a dizer até onde o presidente russo estaria disposto a chegar em sua estratégia de romper o cerco, mas não hesita em afirmar que o regime russo “transformará a sua própria degradação em um problema global”.

No artigo sobre a Índia, “Nacionalismo Hindu no Poder”, Ashutosh Varshney aborda um aspecto nem sempre salientado da “maior democracia do mundo”. Nem por isso o texto se limita às fronteiras da Índia. A questão em pauta são as relações entre o nacionalismo hindu, agora no poder, e a minoria muçulmana, que representa 13% da população indiana. Como se sabe, a Índia tem como vizinho o Paquistão, país de maioria muçulmana. Desde que há sessenta e oito anos os dois países nasceram, com o término do domínio britânico sobre o subcontinente indiano, por quatro vezes já entraram em guerra e até hoje têm disputas de soberania sobre o território da Caxemira. Não faltaram também conflitos entre hindus e muçulmanos

na Índia. Neste século, o de maior gravidade ocorreu em 2002, em Gujarat, justamente o estado então governado por Narendra Modi, eleito primeiro ministro da Índia em maio de 2014, com o respaldo da coalizão liderada por seu partido, Representante do nacionalismo hindu, o Partido do Povo Indiano (BJP), já esteve no poder entre 1998 e 2004, mas não contou, como agora, com uma maioria confortável no Parlamento. Representaria tal situação grave ameaça aos direitos da minoria muçulmana, cuja lealdade à Índia é até hoje posta em dúvida pelos nacionalistas hindus?

Para responder a essa pergunta, Varshney divide sua análise em quatro partes. Começa por examinar os dados eleitorais do último pleito, que mostram ter o BJP conquistado apenas 8,5% dos votos muçulmanos, o dobro das eleições anteriores, mas ainda assim uma fração muito pequena, indicando a persistência de uma grande desconfiança destes em relação ao Partido do Povo Indiano. Em seguida, faz breve excursão pela ideologia do nacionalismo hindu, reconhecendo que ali ainda se encontram “ideias alarmantes” – como exemplo, cita o líder de uma organização ligada ao BJP que, após a vitória de Modi, declarou ser necessário que os muçulmanos respeitem os sentimentos hindus “senão por quanto tempo irão sobreviver?”. Na terceira parte do artigo, o autor trata de explicar por que os dados eleitorais e a ideologia nacionalista não devem levar a conclusões precipitadas sobre o destino da minoria muçulmana na Índia. Os riscos aos direitos dessa minoria encontrariam freios na divisão eleitoral e ideológica dos hindus (o nacionalismo extremado é concentrado entre os religiosos), no sistema eleitoral (embora reduzido em seu tamanho, o voto muçulmano, quando coeso, pode ser decisivo em grande parte dos distritos eleitorais) e no próprio interesse do BJP em promover uma agenda de estímulo ao investimento e ao crescimento, o que não se coaduna com o acirramento de conflitos étnicos-religiosos.

Varshney conclui com uma nota de otimismo, sem deixar de fazer um alerta: “É provável que a moderação prevaleça. É possível que

haja discordância entre grupos sociais, mas não distúrbios civis de larga escala. E, se houver, a saúde da democracia indiana irá, sem dúvida, deteriorar-se.”

Enfim, quatro artigos e farto material para a reflexão. Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

O Desafio da China*

Andrew J. Nathan

Andrew J. Nathan é professor de Ciência Política da Universidade Columbia e membro do conselho editorial do Journal of Democracy. Entre seus vários livros está China's Search for Security (em coautoria com Andrew Scobell, 2012).

A República Popular da China (RPC), sob o comando do presidente Xi Jinping, começou a demonstrar sua força enquanto grande potência. Afastando-se do mantra de Deng Xiaoping de “esconder nossa luz e alimentar nossa força” e da política de Jiang Zemin de “aumentar a confiança, reduzir os problemas, desenvolver cooperação e não buscar confrontação”, Pequim hoje desafia ativamente seus vizinhos. Também confronta os interesses dos Estados Unidos nos mares da China Meridional e da China Oriental, aparelha sua marinha e seu arsenal de mísseis para se opor a uma intervenção norte-americana em caso de conflito armado em torno de Taiwan, e promove a criação de instituições globais alternativas como o “banco dos Brics” e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, criados para conter a influência norte-americana e europeia. Há uma preocupação crescente entre analistas do Ocidente em relação à maneira pela qual a China, à medida que cresce seu poder, buscará remodelar o mundo à sua imagem autoritária.

O especialista em China Michael Pillsbury, por exemplo, argumenta que, se a economia do país continuar a crescer no ritmo atual e os

*Publicado originalmente como “China's Challenge”, *Journal of Democracy*, Volume 26, Número 1, Janeiro de 2015 © 2015 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

políticos linha-dura retiverem o controle sobre as políticas chinesas, até a metade deste século a China fará oposição à democratização ao redor do mundo, controlará a informação disponível globalmente sobre a China, por meio da censura da Internet e de sua influência sobre a mídia de massa, e intimidará críticos por meio de ciberataques e negando favores econômicos.¹ O general norte-americano da reserva Wesley Clark lembra que a China “rejeitou tanto a democratização quanto a aceitação de direitos humanos e civis que os norte-americanos esperavam que emergissem a partir da impressionante ascensão econômica da China. [...] A política externa da China baseia-se em um interesse próprio calculado de maneira perspicaz, à custa das instituições internacionais, de padrões e das obrigações que os Estados Unidos têm buscado defender”.²

Pela primeira vez, no entanto, a situação estratégica da China não permite um desafio aberto à democracia para além de suas fronteiras, e ainda não se sabe se ela chegará a fazê-lo. A política externa da China permanece essencialmente defensiva. Primeiro, os formuladores de políticas do país estão preocupados com a frágil situação da segurança doméstica, causada por uma insatisfação entre minorias étnicas, camponeses e proprietários de terra desalojados, trabalhadores descontentes, intelectuais liberais e outros — oponentes que, acredita Pequim, são incitados e apoiados por forças externas hostis.³ Segundo, formuladores de políticas precisam se preocupar com as relações do país com duas dúzias de países ao longo de sua fronteira, incluindo Estados poderosos com disputas territoriais e outras tensões com a China, como o Japão, Vietnã e Índia, bem como países com um potencial perigoso de instabilidade, como a Coreia do Norte, Paquistão e Tajiquistão. Terceiro, a China precisa se preocupar com crises regionais que podem irromper a qualquer momento em lugares como a península da Coreia e o estreito de Taiwan. E, quarto, precisa se preocupar com o acesso a recursos e mercados ao redor do mundo.⁴

Frente a esse conjunto de desafios, a liderança chinesa busca manter boas relações com qualquer regime que esteja no poder em qualquer país onde a China possua interesses diplomáticos e de segurança ou com o qual faça negócios, independente do caráter daquele regime. Frequentemente é mais fácil para Pequim fazer negócios com elites autoritárias do que ter que navegar por complexos sistemas democráticos. Mas tentar minar um regime democrático no exterior custaria, em termos de negócios, mais do que a expectativa de retorno. E, mesmo se ela quisesse, a China não dispõe dos recursos econômicos, militares e de *soft power* para exercer uma influência substancial sobre sistemas políticos internos de países distantes. Não tem sido capaz de prevenir uma transição democrática em sua vizinha Mianmar [antiga Birmânia] ou de persuadir seu único aliado formal, a Coreia do Norte, a adotar reformas econômicas liberalizantes.

Essa abordagem “neutra em relação ao tipo de regime” não tem sido uma característica permanente da política externa chinesa. A situação era diferente nos derradeiros anos da administração de Mao Tse-tung, quando a China era economicamente autossuficiente (embora pobre) e dava prioridade à contenção da influência soviética sempre que possível. Mao chegou a declarar: “Há grande desordem abaixo do céu, a situação é excelente”. Pequim ofereceu apoio material, diplomático e de propaganda aos movimentos manifestamente maoístas e pró-China de Mianmar, Camboja, Indonésia, Malásia, das Filipinas, Tailândia, Angola, Rodésia [região do atual Zimbábue] e Sudoeste Africano [atual Namíbia], entre outros países. Um famoso pôster mostrava Mao rodeado por revolucionários sorridentes de todas as raças, de todos os continentes, onde se lia: “Temos amigos no mundo inteiro!”.

Hoje, no entanto, a China define a política externa dos Estados Unidos e da União Europeia como “ideologicamente contaminada”. Quando revolucionários no Nepal tentaram imitar Mao, tiveram que fazê-lo sem a ajuda de Pequim, que continuou a se relacionar com a monarquia conservadora em Katmandu até o rei

ser deposto e os maoístas tornarem-se parte da coalizão governista, momento no qual Pequim estava disposto a se relacionar com eles.⁵ A China vê a promoção da democracia, a diplomacia pelos direitos humanos, as intervenções humanitárias e a ascensão do direito penal internacional pela lente dos ganhos e perdas estratégicos — como esforços das potências ocidentais para enfraquecer os rivais e expandir sua própria influência. Para refrear esses esforços, Pequim defende os princípios de soberania, não interferência, pluralismo cultural e respeito mútuo. A China condena a ideia de “valores universais”, vendo nela uma forma de subversão pelo Ocidente de Estados que tentam se proteger contra sua influência. Em pronunciamento na sede da UNESCO em Paris em março de 2014, Xi Jinping declarou que “todas as civilizações humanas são iguais em termos de valor”.⁶ Em maio de 2014, a China juntou-se à Rússia no bloqueio de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que encaminharia os crimes cometidos na guerra civil na Síria para serem julgados pelo Tribunal Penal Internacional, sob a alegação de que os conflitos internos das nações devem ser resolvidos internamente.

A política atual de neutralidade em relação aos tipos de regime dos outros países é um produto dos interesses estratégicos da China tanto quanto era a política anterior de promoção da revolução maoísta. Se a situação estratégica da China mudar, sua política de neutralidade em relação ao tipo de regime pode mudar também. Ao menos por enquanto, a China não demonstra impulso missionário para promover o autoritarismo. Mas isso não significa que suas políticas não tenham consequências para o destino da democracia. Os esforços pragmáticos de Pequim para proteger o regime contra ataques domésticos e perseguir seus interesses econômicos e de segurança no exterior impactaram negativamente a democracia de seis maneiras:

1) Ao encorajar os regimes autoritários pelo poder do exemplo.

O projeto de promoção da democracia há muito se beneficiou da crença de que ela é a única forma de regime compatível com uma socieda-

de moderna. Ao demonstrar que a modernização pode combinar com um governo autoritário, o regime chinês trouxe nova esperança aos governantes autoritários das demais partes do mundo.

Algumas lições do modelo chinês datam de Maquiavel. O uso da força para reprimir movimentos de resistência intimida a maior parte dos opositores em potencial. A repressão deveria ser seguida de uma demonstração de lealdade aos valores tradicionais para ajudar os cidadãos a racionalizar sua fé na benevolência de seus líderes. Mas o Partido Comunista da China (PCC) atualizou o modelo autoritário de diversas formas. Entre outros feitos, Pequim criou uma ampla classe média, e conseguiu cooptá-la politicamente; criou um ambiente institucional-legal e usou essas instituições para criminalizar organizações da sociedade civil, a dissidência política e atividades religiosas independentes; desenvolveu uma imprensa profissional e diversificada, e exerceu sobre ela uma censura política efetiva; e aceitou ajuda de fundações internacionais, governos e organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que deslegitimou e tornou ilegal o apoio internacional a atores e organizações da sociedade civil considerados perigosos pelo regime.

Muitos países que se deparam com problemas de diversidade étnica estão observando atentamente o modo como Pequim lida com suas minorias étnicas. As políticas da China voltadas às minorias étnicas incluem uma combinação de modernização econômica, assimilação linguística e miscigenação. Essa abordagem foi bem sucedida entre populações como os de etnia mongol e os *hui* (uma minoria muçulmana misturada entre as populações de etnia *han* espalhadas pelo país). Embora haja uma resistência visível no Tibete e em Xinjiang, essas políticas também podem estar funcionando por lá, à medida que grande parte das populações locais se adapta à vida urbana, aprende a língua chinesa e encontra maneiras de ganhar a vida em setores modernos da economia.

Para regimes autoritários interessados em construir infraestruturas modernas, o sucesso de Pequim em usar tecnocratas e especialistas é encorajador. A China já enviou ao exterior mais de dois milhões de estudantes para estudar Ciências, Engenharia, Economia, Finanças e Administração Pública, entre outras áreas.⁷ Criou condições de emprego boas o bastante para atrair muitos desses estudantes de volta ao país para trabalhar em universidades, institutos e agências do governo. Deu liberdade o bastante aos especialistas para que eles pudessem trabalhar de maneira produtiva em suas áreas de especialização sem que violassem a proibição de criticar o regime. E, talvez mais impressionante, as pessoas com real poder aprenderam a ouvir os especialistas de maneira respeitosa e a seguir seus conselhos em assuntos técnicos. Isso ajuda a criar um forte incentivo para os tecnocratas a continuarem servindo o regime.

Outros regimes autoritários consideram a maneira pela qual a China lida com a Internet como um modelo a ser seguido. Até o momento, Pequim colheu os frutos de ter empregado rapidamente tecnologias de informação sem sofrer as consequências políticas que muitos comentaristas julgaram ser inevitáveis. A China reuniu uma série de ferramentas que funcionam em conjunto para controlar a Internet, incluindo a configuração das rotas dos dados na rede (o que permite às autoridades monitorarem o tráfego em tempo real e bloquear e desbloquear o acesso a certos *websites*), as regulamentações que atribuem tanto aos provedores quanto aos usuários de Internet responsabilidade pelo que é postado, e a mobilização de um vasto contingente de policiais da Internet, que inspecionam o que é postado e intervêm diretamente para acrescentar ou suprimir conteúdo. A China tem usado esse sistema para varrer da *web* chinesa referências a temas sensíveis como o massacre da Praça da Paz Celestial, Falun Gong e problemas no Tibete e em Xinjiang. O “Grande Firewall da China” impede que a maioria dos cidadãos chineses tenha acesso à imprensa internacional e a *websites* estrangeiros que o governo con-

sidere hostis ou críticos. O governo também expandiu esse modelo de controle para outras mídias sociais, como mensagens de celular e serviços de bate-papo.

A China foi pioneira em práticas flexíveis e customizadas para controlar dissidentes políticos. Embora a força bruta praticada pelo grupo paramilitar Polícia Armada do Povo, pela polícia tradicional e por mercenários permaneça útil para lidar com distúrbios civis e com atos de rebeldia de cidadãos comuns, o Ministério da Segurança Pública também criou uma agência secreta conhecida como *guobao* (*Guonei Anquan Baoweiju* ou “Agência de Proteção da Segurança Doméstica”), especializada em lidar com alvos importantes, como intelectuais ou jornalistas, os quais o regime está interessado em dissuadir ou deter. A *guobao* forma times para missões especiais para espionar seus alvos, “convidá-los para tomar um chá” para interrogá-los ou ameaçá-los, “hospedá-los” em algum lugar distante de Pequim durante encontros ou datas comemorativas sensíveis, e às vezes detê-los por período indeterminado para passar a mensagem de que um dissidente não tem chances contra o Estado.⁸

Não seria fácil para outros países emular tudo o que a China tem feito. O modelo chinês exige muitos recursos financeiros, sofisticação tecnológica, um aparato de segurança leal e bem treinado, e disciplina política suficiente dentro do regime para não tornar públicas disputas de poder. No entanto, à medida que cresce o prestígio do modelo chinês, mesmo sem que a China se esforce para disseminá-lo, outros governos autoritários são encorajados pela ideia de que o autoritarismo é compatível com a modernização, e tentam adaptar, em graus variados, os métodos chineses de controle. Como Azar Gat colocou em 2007: “Estados capitalistas autoritários, hoje exemplificados pela China e pela Rússia, podem representar um caminho alternativo viável à modernidade, o que, por sua vez, sugere que não há nada de inevitável em relação à vitória final da democracia liberal — ou sua futura dominância”.⁹

2) Ao tentar enaltecer seu prestígio nacional no exterior, em parte por meio da promoção internacional de valores autoritários.

Nos últimos anos, a China preparou uma grande ofensiva de *soft power* ao redor do mundo,¹⁰ que incluiu a expansão global da Agência de Notícias Xinhua, a ampliação da transmissão internacional pela China Central TV (CCTV), Xinhua TV e China Radio International, e a criação de quase quinhentos Institutos Confúcio junto a universidades estrangeiras e outras instituições.¹¹ Em regiões como a África, onde a imprensa local recebe pouco financiamento, o conteúdo gratuito fornecido pela Xinhua tornou-se uma fonte importante de material. Muito desse material é notícia, mas com uma boa dose de conteúdo pró-China; nada, obviamente, contra a China. Onde a imprensa local é mais bem financiada, órgãos como o *China Daily* são capazes de comprar muitas páginas para contar a versão da China. Os temas escolhidos por Pequim também alcançaram dominância na imprensa de língua chinesa das comunidades da diáspora ao redor do mundo.¹²

O principal tema da propaganda internacional chinesa não é o tipo de regime, mas a benevolência da China — enquanto civilização, enquanto cultura, e como parceiro internacional. Outro importante tema presente nesse tipo de propaganda, entretanto, é a defesa do estilo chinês de governar, por meio de histórias que enaltecem os benefícios do estilo chinês de socialismo, associam o governo do PCC aos valores confucionistas tradicionais como harmonia social, e explicam a adequação do sistema político da China às “condições nacionais” (*quoqing*) do país. Além disso, órgãos chineses respondem aos ataques do Ocidente sobre violações dos direitos humanos apontando falhas nas práticas ocidentais de direitos humanos. Por exemplo, o governo chinês publica um relatório sobre os problemas relacionados aos direitos humanos nos Estados Unidos em resposta a críticas à China presentes nos relatórios anuais sobre práticas de direitos humanos ao redor do mundo publicados pelo Departamento de Estado dos EUA. A Xinhua realiza reportagens em eventos como os protestos contra

abusos policiais em Ferguson, Missouri, numa tentativa de mostrar a audiências internacionais as contradições da diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos, e até mesmo de convencer o público norte-americano de que o Ocidente deveria parar de criticar a China.

No entanto, a propaganda chinesa não chega a sugerir que os países democráticos deveriam adotar instituições autoritárias. Esse argumento seria uma contradição com os temas de respeito à soberania e de pluralismo cultural que dominam a diplomacia chinesa. De fato, a propaganda chinesa não define explicitamente o sistema da China como não democrático, descrevendo-o como uma “democracia socialista”, “democracia ao estilo chinês”, e “ditadura democrática popular”, entre outras expressões. A ideia de “valores asiáticos”, circulada por representantes do governo de Singapura e da Malásia e endossadas por autoridades chinesas, não implica que haja um único modelo político adequado para toda a Ásia, apenas que a democracia liberal não é adequada para todos os asiáticos. É raro encontrar um argumento, mesmo por intelectuais independentes favoráveis ao regime, que retrate a experiência chinesa como um modelo universal que deveria ser adotado em todos os lugares. Ainda assim, a despeito desses limites autoimpostos, as narrativas de Pequim, transmitidas por meio de sua crescente rede internacional de mídia, contribuem para o enfraquecimento do prestígio internacional da democracia. E, como todo mundo sabe que o sistema chinês é autoritário (ainda que a propaganda chinesa não se refira a ele assim), as histórias aumentam o prestígio de um governo não democrático.

Os esforços de *soft power* da China avançam também sobre algo que, na prática, configura-se como uma subversão das instituições democráticas de outros países, quando a China tenta censurar a maneira pela qual ela é apresentada a jornalistas e acadêmicos no exterior.¹³ Exemplos famosos incluem negar vistos a jornalistas da Bloomberg e do *New York Times* que escreveram reportagens que não agradaram o regime; negar vistos a acadêmicos que ofenderam o governo chinês;

pressionar a Feira de Livros de Frankfurt, o Festival de Cinema de Melbourne e outros lugares a não convidar pessoas da área cultural reprovadas pelo regime; e os esforços do Instituto Confúcio para vetar programas sobre a China conduzidos por outros departamentos de universidades norte-americanas.¹⁴ Tais medidas levaram a uma autocensura pela imprensa e figuras acadêmica do exterior.¹⁵ Enquanto isso, com o aumento de sua influência econômica, a China tem sido capaz de encorajar o aumento da prática de *lobby* em países democráticos para favorecer a eliminação de assuntos diplomáticos relacionados aos direitos humanos e à democracia.¹⁶ Com exceção do Google, provedores de Internet estrangeiros com presença na China foram forçados em graus variados a cooperar com as práticas chinesas de censura de maneiras inconsistentes com os princípios de operação das mesmas companhias em outros lugares.¹⁷ De diversas maneiras, os esforços de Pequim para promover uma imagem favorável no exterior causaram, como efeito colateral, o enfraquecimento da vitalidade de instituições livres em alguns países democráticos.

3) Ao desempenhar importante papel em um círculo de Estados autoritários que aprendem uns com os outros táticas de governo. Informações públicas sobre essas trocas são escassas. Sabemos que a China oferece treinamento em suas escolas de Direito, Jornalismo, Administração Pública e trabalho policial a profissionais e representantes de outros países, especialmente da África. A China também treina estudantes estrangeiros em uma variedade de disciplinas acadêmicas. Realiza exercícios conjuntos de contraterrorismo com os militares do Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão — antigos aliados, membros da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês). Há pouca informação disponível sobre esses programas e seus resultados. Mas é razoável supor que estudantes treinados em escolas profissionais chinesas aprendam técnicas usadas internamente pela China para gerir seu sistema autoritário, e aqueles que aprendem ciências humanas ou

exatas internalizam algumas atitudes favoráveis às instituições autoritárias.

Outros Estados imitaram a estratégia retórica desenvolvida pela China e por alguns outros Estados autoritários de não definir seu próprio regime como autoritário, mas como um novo tipo de democracia. Por exemplo, em julho de 2014 o primeiro ministro húngaro Viktor Orbán expressou seu apoio à “democracia iliberal” como uma forma de governo, explicitamente com base na da China, como “uma forma de organizar comunidades, um Estado capaz de tornar uma nação competitiva”.¹⁸

Talvez a técnica mais importante que Estados autoritários tenham aprendido uns com os outros seja como usar as leis para apoiar a repressão. A legislação processual penal da China permite que a polícia detenha as pessoas repetidamente por períodos de trinta dias para investigação; seu código penal permite que os dissidentes sejam condenados por “provocar brigas e causar confusão”; sua lei sobre a atividade da advocacia exige que os advogados de defesa demonstrem lealdade ao Estado e não aos interesses de seus clientes; e, durante os julgamentos, não prevalece a presunção de inocência, e eles podem ser legalmente realizados em um único dia, sem a oitiva das testemunhas de defesa.

A China foi pioneira na imposição de regulações punindo aqueles que usam a Internet para criticar o regime, posteriormente copiadas por outros regimes autoritários.¹⁹ A China e seus parceiros eurasiáticos na SCO (Shanghai Cooperation Organisation) [Organização para Cooperação de Xangai] assinaram tratados secretos que preveem o *refoulement* (devolução forçada, apesar do receio fundado de perseguição política) entre Estados-membros da SCO de qualquer um de seus cidadãos caso o Estado receptor o considere terrorista.²⁰ Fora da SCO, a China obteve cooperação de Camboja, Malásia e Nepal, entre outros, a tal norma, permitindo que cidadãos chineses da etnia uigur sejam devolvidos à China sob a alegação de que a China considerou tais

indivíduos terroristas. A China e a Rússia encabeçaram o uso de leis de registro e controle de contas bancárias para evitar que organizações da sociedade civil recebessem apoio financeiro internacional. Esses métodos também foram imitados por outros governantes autoritários.

A China também exporta algumas tecnologias materiais de um governo autoritário. Como escreve Rebecca MacKinnon, “o autoritarismo em rede chinês serve como modelo a outros regimes — como o Irã — que buscam manter o poder e a legitimidade na era da Internet”.²¹ Embora não seja fácil rastrear as trocas de tecnologias materiais e imateriais entre os regimes que tentam controlar a Internet, há registros de que a China forneceu tecnologias de controle da Internet ao Irã e a outros países. A Anistia Internacional publicou um relatório em 2014 sobre “O Comércio da China de Instrumentos de Tortura e Repressão”.²² A China também é fonte de software de reconhecimento facial. Obviamente, a China não é o único nem o principal país a exportar tais tecnologias — tal honra provavelmente cabe aos Estados Unidos —, mas acredita-se que ela seja um fornecedor de baixo custo de tecnologias não produzidas localmente na maioria dos países autoritários, e não dispõe de controles sobre esse tipo de exportação.

4) Ao buscar o retrocesso de instituições democráticas existentes em territórios onde exerce especial influência, ou conter mudanças democráticas emergentes. Esses territórios são Hong Kong e Macau — duas Regiões Administrativas Especiais que passaram ao controle da China em 1997 e 1999, respectivamente, quando foram devolvidas à soberania chinesa por seus antigos colonizadores — e Taiwan, um território cuja soberania é disputada pela China, e sobre o qual ela exerce influência econômica crescente. Em nenhum desses lugares a China condenou a democracia em princípio, mas, na prática, todos foram enfraquecidos.

Antes de a China reconquistar a soberania sobre a Colônia da Coroa Britânica de Hong Kong em 1997, Chris Patten, o último governa-

dor britânico da ilha, introduziu reformas democráticas para a eleição do Conselho Legislativo (LegCo). Pequim encarou a manobra como uma “*poison pill*” [pílula de veneno] planejada para prejudicar seu futuro controle sobre a nova Região Administrativa Especial. Considerou as reformas ilegítimas e, após a devolução do território ao comando chinês, dissolveu o LegCo e nomeou um novo conjunto de representantes, eleitos por meios ainda menos democráticos do que aqueles vigentes antes da reforma conduzida por Patten.

Ao mesmo tempo, entretanto, ao devolver Hong Kong, a Inglaterra conseguiu fazer com que Pequim se comprometesse a permitir que Hong Kong mantivesse suas instituições judiciais e liberdades civis por cinquenta anos, e que fosse governado por pessoas locais. Consequentemente, de acordo com a Lei Básica de Hong Kong, aprovada por Pequim, seus “residentes retêm a liberdade de expressão, de imprensa e de publicação; liberdade de associação, de reunião, de realizar procissões e manifestações; e o direito e a liberdade de formar e se juntar a sindicatos, e de fazer greve”. Pequim também prometeu posteriormente introduzir “sufrágio universal” nas eleições tanto do LegCo quanto do chefe do Executivo da Região Administrativa Especial. Esses compromissos tornaram-se um inconveniente à medida que surgiram sentimentos críticos a Pequim em parte do eleitorado de Hong Kong. Em vez de lançar um ataque frontal à democracia como princípio, entretanto, Pequim esforçou-se em frustrar os impulsos democráticos de maneiras mais indiretas. Adiou sua promessa de introduzir eleições democráticas e, em 2014, propôs um método de nomeação para as eleições de 2017 para chefe do Executivo que garantiriam o controle de Pequim sobre a lista de candidatos — uma decisão que levou a uma série de protestos que se seguiu por semanas, na qual se exigiam reformas democráticas mais amplas. Além disso, observadores acreditam que Pequim agiu por meio do empresariado local, de autoridades do governo e de figuras do submundo para ameaçar, repudiar e às vezes até atacar fisicamente jornalistas e acadêmicos vistos como excessivamente liberais.

Pequim enfrenta uma situação menos desafiadora na antiga colônia portuguesa de Macau. Quando Macau retornou à soberania chinesa em 1999, Pequim garantiu a aprovação de uma Lei Básica garantindo direitos individuais similares aos de Hong Kong, mas outros dispositivos da Lei Básica relacionados à eleição do chefe do Executivo e do Conselho Legislativo de Macau eram menos democráticos do que aqueles prometidos a Hong Kong. As elites de Macau trabalharam em estreita colaboração com Pequim, e as forças pró-democracia de Macau permanecem frágeis até hoje. Em agosto de 2014, as autoridades de Macau prenderam cinco ativistas pró-democracia que exigiam procedimentos mais democráticos.

Em Taiwan, Pequim expressou seu desprezo pela democracia de maneira seletiva, dependendo das políticas produzidas pelas instituições democráticas. Em 2000, quando o político pró-independência de Taiwan Chen Shui-bian disputou a presidência, o premiê chinês Zhu Rongji ameaçou em rede de televisão os eleitores taiwaneses, alertando-os sobre terríveis consequências caso Chen fosse eleito. Ele acabou vencendo as eleições e, posteriormente, convocou um referendo junto aos eleitores taiwaneses sobre o fortalecimento da capacidade de autodefesa do país e sua adesão à ONU. Pequim declarou essa votação ilegítima, alegando que Taiwan não possuía direito à autodeterminação. A RPC também impediu que Taiwan ganhasse status de observador na ONU e representação em outros órgãos intergovernamentais, porque tal representação seria, acredita Pequim, um passo em direção à independência. A RPC também buscou exercer influência sobre a imprensa taiwanesa para conseguir uma cobertura mais favorável da sociedade chinesa e das políticas de Pequim — o exemplo mais notável é o da aquisição do grupo de mídia *China Times* por um empresário taiwanês pró-China continental. Em contraste, quando os eleitores taiwaneses elegeram, em 2008, o atual presidente, Ma Ying-jeou, alguém que Pequim considerava improvável que buscasse a independência, as autoridades chinesas não

levantaram qualquer objeção, e apresentaram Ma com um acordo de livre-comércio e outras políticas favoráveis.

A oposição de Pequim à democracia nesses três territórios visa a proteger o regime contra situações que causem constrangimento, inspirem oponentes na China continental, ou demandem repressão à força. Embora o dano causado às instituições democráticas seja secundário em relação à determinação de Pequim de exercer controle sobre os territórios sobre os quais ela reivindica soberania, o dano de fato ocorre.

5) Ao ajudar a garantir a sobrevivência de regimes autoritários de parceiros econômicos e estratégicos importantes. Os compromissos de Pequim para com os vizinhos Coreia do Norte, Camboja, Mianmar, os Estados da SCO, Paquistão e Nepal buscaram preservar Estados-tampões; garantir acesso econômico favorável; obter cooperação na extradição de uigures, tibetanos e ativistas pró-democracia; e assegurar a cooperação de acordo com suas prioridades diplomáticas, tais como o isolamento de Taiwan. A China também cooperou com os governos de Rússia, Irã, Venezuela, Sudão e Zimbábue para obter acesso a recursos econômicos e cooperação diplomática para conter a influência do Ocidente. Para cultivar tais relacionamentos, a China oferece investimentos, mercados, armas, apoio diplomático e outros benefícios que ajudam na sobrevivência desses regimes.

A China nem sempre apoia os regimes autoritários com os quais realiza negócios. Por exemplo, há muito ela demonstra insatisfação com o regime da Coreia do Norte — não somente porque ele não contribui para a prioridade estratégica de manter estabilidade na península da Coreia, mas também porque os líderes chineses acreditam que a dinastia Kim desperdiçou oportunidades para ganhar maior estabilidade ao não conduzir reformas econômicas ao estilo chinês. De maneira similar, os líderes chineses menosprezavam as práticas brutas e supersticiosas da junta birmanesa. Por razões estratégicas, no entanto, a China contribuiu para a sobrevivência desses e de outros regimes autoritários e semiautoritários.

6) Ao tentar moldar as instituições internacionais de forma a torná-las “neutras em relação ao tipo de regime” em vez de a favor da democracia. No Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC, na sigla em inglês), por exemplo, a China tem cooperado com Estados de pensamento similar para promover o princípio de “universalidade”, que reduz o grau no qual países são alvo de atenção individual. O processo de Revisão Periódica Universal, que a China ajudou a promover, sujeita todos os Estados — os Estados Unidos e a China igualmente — à revisão pelo Conselho, e o faz de maneira a permitir grande influência por parte do Estado sendo revisto e de seus simpatizantes sobre a agenda do processo de revisão. De maneira similar, a China apoiou a iniciativa do UNHRC de exigir que cada Estado envie um Plano de Ação para os direitos humanos, algo que a China tem cumprido. De acordo com essa iniciativa, cada Estado pode apresentar sua própria visão sobre como as normas internacionais de direitos humanos deveriam ser interpretadas para sua aplicação no país. A China também se empenhou para restringir o papel de ONGs no Conselho e nos demais órgãos dos tratados de direitos humanos (comitês de especialistas que acompanham a implementação dos dez principais tratados de direitos humanos) e para restringir o alcance dos mandatos dados pelo Conselho aos chamados Representantes Especiais (especialistas independentes que, de acordo com o *website* do Conselho, reportam e aconselham em matérias ligadas aos direitos humanos). O resultado desses esforços tem sido o posicionamento da China em conformidade com as prioridades que ela mesma definiu, protegendo-a de repreensões mais duras pelo UNHRC, reduzindo, portanto, a pressão sentida pela China em relação àquela vinda da antecessora do Conselho, a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, no início dos anos 1990.²³

A China tentou transformar em norma a ideia de que reclamações entre governos sobre questões relacionadas aos direitos humanos de-

veriam ser conduzidas de maneira privada, alegando que a exposição pública de tais intervenções prejudicaria a cortesia diplomática. Em relação aos diálogos entre Estados sobre direitos humanos, a China promoveu normas que os tornavam secretos, que os tornavam bilaterais em vez de multilaterais, que impediam a coordenação entre parceiros estrangeiros de diálogo, e que exigiam que especialistas não governamentais convidados para esses diálogos precisassem ser aprovados por ambas as partes (ou seja, a China pode vetar participantes propostos pelo outro lado).²⁴

A China é um dos vários Estados que apoiaram apenas parcialmente a mudança normativa em favor de intervenções humanitárias, enfatizando a necessidade de se respeitar a norma anteriormente dominante de não intervenção. Pequim participou das negociações sobre a recente norma de “responsabilidade de proteger” (R2P, na sigla em inglês), mas enfatizou o primeiro dos três pilares, que descreve a responsabilidade da comunidade internacional de ajudar os Estados soberanos a desenvolver sua própria capacidade de proteger sua população, em vez do terceiro pilar, que aborda a questão da responsabilidade da comunidade internacional de intervir quando um governo soberano deixa de cumprir seu dever.²⁵

No Conselho de Segurança da ONU, a China às vezes permitiu a adoção de resoluções intervencionistas (seja por meio de abstenção seja votando favoravelmente), mas frequentemente atrasou, modificou ou bloqueou tais resoluções sob a alegação de que os Estados deveriam resolver seus problemas internos por conta própria. Quando a China permitiu o encaminhamento dessas resoluções, o fez de maneira solidária à Rússia e aos Estados das regiões afetadas (por exemplo, a missão da União Africana no Sudão e a Liga Árabe na Líbia), para proteger os interesses econômicos chineses (por exemplo, Sudão e Líbia), ou sob a condição de que a intervenção não fosse utilizada para derrubar um regime.²⁶

Com relação às missões de paz da ONU, a China passou da oposição a tais operações ao apoio ativo e participação. Mas enfatiza o princípio de consentimento do Estado anfitrião e o uso de projetos de desenvolvimento como parte do processo de paz. Essas posições são consistentes com os interesses da China em retardar a erosão da soberania de Estado e em posicionar-se como um país em desenvolvimento em ascensão pacífica, em vez de uma grande potência mais agressiva.²⁷

O Departamento de Estado dos EUA, sob o comando de Hillary Clinton, promoveu uma iniciativa para codificar o conceito de liberdade de informação em vários encontros internacionais. A China (e outros Estados de pensamento similar) rechaçou a medida. Na SCO, a China apoiou os esforços russos de definir um conceito chamado “guerra de informação” e pressionar por uma norma sobre desarmamento cibernético. Em 2011, a China, a Rússia e outros Estados enviaram à Assembleia Geral da ONU uma proposta de “Normas Internacionais de Conduta para a Segurança da Informação” que exigia maior regulação da Internet por parte dos Estados.

A China não aderiu nem coopera com o Tribunal Penal Internacional. (Os Estados Unidos também não aderiram, embora às vezes cooperem com o Tribunal.) Entre os beneficiários da posição chinesa incluíram-se os governantes de Sudão, Síria, Coreia do Norte e Sri Lanka.

A China rejeita o princípio de condicionalidade para a concessão de ajuda externa e investimento estrangeiro.²⁸ Essa posição permite a regimes autoritários fugir de pressões do Banco Mundial e de governos do Ocidente para realizar melhorias no campo dos direitos humanos em troca de ajuda. Espera-se que o banco dos Brics e o novo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura proposto adotem a mesma política.

O que esperar do futuro?

Se e quando a economia da China chegar a duas ou três vezes o tamanho da dos Estados Unidos, sua influência no mundo naturalmente irá aumentar. Ainda assim, isso não significa necessariamente que a China passará a promover um esforço proativo e de estilo maoísta para promover transições da democracia para o autoritarismo. Primeiro, não é fácil minar democracias consolidadas (o mesmo não se pode dizer de democracias em dificuldade). Segundo, embora possa ser mais fácil realizar negócios com regimes autoritários, não há teoria sobre “paz autoritária” que afirme que a China estaria mais segura se mais vizinhos seus fossem Estados autoritários: de fato, algumas das maiores ameaças à segurança chinesa vêm de outros regimes autoritários, como o da União Soviética, Coreia do Norte e Vietnã. Terceiro, as divisões internas da China e sua situação geopolítica no centro da Ásia, ao menos num futuro próximo, devem impedi-la de estabelecer uma hegemonia em sua própria região, o que seria uma pré-condição necessária para que pudesse tentar impor ao resto do mundo uma visão alternativa de ordem mundial.

Mas uma China mais rica certamente terá razões e capacidade mais fortes para exercer influência internacional nas seis maneiras aqui analisadas. Pequim terá maiores interesses a proteger no exterior — investimentos, suprimento de energia e *commodities*, cidadãos e funcionários do governo. É provável que enxergue regimes autoritários como mais responsivos a seus interesses, e como mais favoráveis do que os regimes democráticos aos tipos de normas e instituições internacionais que busca promover. O exemplo da China, sua propaganda internacional e sua assistência técnica, financeira e diplomática contribuirão ainda mais para ajudar regimes autoritários a sobreviver; sua influência sobre instituições internacionais será mais efetiva para retardar ou até mesmo reverter a tendência pró-democracia e pró-direitos das normas internacionais dos últimos quarenta anos.

Mas a influência da China sobre o futuro da democracia no mundo, e sua capacidade — caso deseje — para promover transições autoritárias para além de suas fronteiras dependerá do desempenho das democracias. Devido à natureza instável da trajetória da China, é obviamente importante que as democracias continuem a apoiar a sociedade civil chinesa, os ativistas dos direitos humanos e os intelectuais liberais. Ainda assim, a chave do destino global da democracia reside sobretudo nas próprias democracias. Exceto por sua influência indireta sobre as liberdades de expressão e de imprensa, Pequim fez muito pouco para prejudicar o desempenho dos sistemas democráticos. Seus problemas são autoinfligidos. Devido ao crescimento do apelo do autoritarismo sempre que declina o prestígio da democracia, a resposta mais importante das democracias ao desafio representado pela China é realizar um trabalho melhor do que vêm realizando.

Notas

1. Michael Pillsbury, *The Hundred-Year Marathon: China's Secret Strategy to Replace America as the Global Superpower*. Nova York: Henry Holt, 2015, cap. 9.
2. Wesley K. Clark, "Getting Real About China". *The New York Times*, 10 out. 2014. Disponível em: <www.nytimes.com/2014/10/11/opinion/sunday/getting-real-about-china.html>.
3. Andrew J. Nathan e Andrew Scobell, "How China Sees America: The Sum of Beijing's Fears". *Foreign Affairs*, v. 91, n. 5 (set.-out. 2012), p. 32-47.
4. Andrew J. Nathan e Andrew Scobell, *China's Search for Security*. Nova York: Columbia University Press, 2012.
5. Aditya Adhikari, *The Bullet and the Ballot Box: The Story of Nepal's Maoist Revolution*. Londres: Verso, 2014.
6. "Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At UNESCO Headquarters", 28 mar. 2014. Disponível em: <se.china-embassy.org/eng/wjdt/t1142560.htm>.

7. De acordo com o Ministro da Educação, 2,25 milhões de estudantes; ver Wang Qingfeng, “China Becomes World’s Top Source of Overseas Students: Country Passes India as Top Supplier of Foreign Students to the United States”. *Caixin*, 25 set. 2012. Disponível em: <english.caixin.com/2012-09-25/100441943.html>.

8. Xu Youyu e Hua Ze (Orgs.), *In the Shadow of the Rising Dragon: Stories of Repression in the New China*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.

9. Azar Gat, “The Return of Authoritarian Great Powers”. *Foreign Affairs*, v. 86, n. 4 (jul.-ago. 2007), p. 59-69.

10. Anne-Marie Brady, *Marketing Dictatorship: Propaganda and Thought Work in Contemporary China*. Lanham (Maryland): Rowman and Littlefield, 2008, cap. 7.

11. Há “mais de 480” Institutos Confúcio em todo o mundo; ver “Confucius Institutes Worldwide”. Disponível em: <www.confucius.ucla.edu/about-us/confuciusinstitutes-worldwide>.

12. Agradeço a Anne-Marie Brady por chamar minha atenção para isto.

13. Sarah Cook, “The Long Shadow of Chinese Censorship: How the Communist Party’s Media Restrictions Affect News Outlets Around the World”. Relatório para o Center for International Media Assistance [Centro de Assistência Internacional para a Imprensa], 22 out. 2013. Disponível em: <www.cima.ned.org/publications/longshadow-chinese-censorship-how-communist-party%E2%80%99s-media-restrictionsaffect-news-out>.

14. Marshall Sahlins, “China U.: Confucius Institutes Censor Political Discussions and Restrain the Free Exchange of Ideas. Why, Then, Do American Universities Sponsor Them?”. *The Nation*, 29 out. 2013. Disponível em: <www.thenation.com/article/176888/china-u>.

15. Emily Parker, “Censors Without Borders”. *The New York Times*, 14 maio 2010. Disponível em: <www.nytimes.com/2010/05/16/books/review/Parker-t.html?pagewanted=all>; Perry Link, “The Long Shadow of Chinese Blacklists on American Academe”. *Chronicle of Higher Education*, 22 nov. 2013. Disponível em: <chronicle.com/blogs/worldwise/the-long-shadow-of-chinese-blacklists-on-american-academe/33359>.

16. James Mann, *The China Fantasy: How Our Leaders Explain Away Chinese Repression*. Nova York: Viking, 2007.

17. SecDev Group, “Collusion and Collision: Searching for Guidance in Chinese Cyberspace”. 20 set. 2011. Entre outras conclusões, o relatório afirma que “a maioria das empresas ocidentais de Internet ativas na China [com exceção do Google] [...] aceitou as exigências da China em termos de controle da informação, encarando isso como o preço de se fazer negócio no país.”

18. Discurso de Viktor Orbán no XXV Bálványos Free Summer University and Youth Camp, Băile Tuşnad (Tusnádfürdő), 26 jul. 2014. Disponível em: <budapestbeacon.com/public-policy/full-text-of-viktor-orbans-speech-at-baile-tusnad-tusnadfurdo-of-26-july-2014>.

19. Por exemplo, Robert Herman, “Authoritarian Contagion in Africa”. 4 fev. 2014. Disponível em: <freedomhouse.org/blog/authoritarian-contagion-africa>.

20. Human Rights in China [HRIC], *Counter-Terrorism and Human Rights: The Impact of the Shanghai Cooperation Organization – Human Rights in China Whitepaper*. Nova York: HRIC, 2011. Disponível em: <www.hrichina.org/en/publications/hric-report/counter-terrorism-and-human-rights-impact-shanghai-cooperation-organization>.

21. Rebecca MacKinnon, “Networked Authoritarianism in China and Beyond: Implications for Global Internet Freedom”. Trabalho apresentado na conferência “Liberation Technology in Authoritarian Regimes” [Tecnologias de libertação em regimes autoritários], Hoover Institution e Center on Democracy, Development and the Rule of Law (CDDRL), Universidade de Stanford, 11-12 out. 2010, p. 30. Disponível em: <iis-db.stanford.edu/evnts/6349/MacKinnon_Libtech.pdf>.

22. Anistia Internacional, *China's Trade in Tools of Torture and Repression*. Londres: Amnesty International Publications, 2014. Disponível em: <www.amnesty.org/en/library/asset/ASA17/042/2014/en/7dcccc64-15c2-423a-93dd-2841687f6655/asa170422014en.pdf>.

23. Rana Siu Inboden e Titus C. Chen, “China’s Response to International Normative Pressure: The Case of Human Rights”. *International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, v. 47, n. 2 (jun. 2012), p. 45-57.

24. Katrin Kinzelbach, *The EU's Human Rights Dialogue with China: Quiet Diplomacy and Its Limits*. Oxford: Routledge, 2014.

25. Rosemary Foot, "The Responsibility to Protect (R2P) and Its Evolution: Beijing's Influence on Norm Creation in Humanitarian Areas". *St Antony's International Review*, v. 6, n. 2 (fev. 2011), p. 47-66.

26. Joel Wuthnow, *Beyond the Veto: Chinese Diplomacy in the United Nations Security Council*, Nova York: Universidade Columbia, 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política); Allen Carlson, "More Than Just Saying No: China's Evolving Approach to Sovereignty and Intervention Since Tiananmen". In: Alastair Iain Johnston e Robert S. Ross (Orgs.), *New Directions in the Study of China's Foreign Policy*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 217-41.

27. Marc Lanteigne e Miwa Hirono (Orgs.), *China's Evolving Approach to Peacekeeping*. Londres: Routledge, 2012.

28. Deborah Brautigam, *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*. Nova York: Oxford University Press, 2009.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Internet e mobilizações sociais:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Internet_e_Mobilizacoes_Sociais_Transformacoes_do_Espaco_Publico_e_da_Sociedade_Civil.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>